

HISTORIOGRAFIA PARAIBANA EM SÍNTESE

José Octávio de Arruda MELLO

A historiografia paraibana alinha-se entre as mais representativas do país. Sua primeira manifestação consiste no chamado **Sumário das Armadas**, de denominação original muito mais extensa. Rebatisado como **História da conquista da Paraíba** (1983), sua autoria ainda é discutida. Trata-se de obra referente aos primeiros tempos da capitania cuja conquista também mereceu considerações de Frei Vicente do Salvador em sua **História do Brasil**. Ambos, o jesuíta desconhecido e o frade seráfico, residiram na Paraíba.

Logo no início do século XVII a Paraíba tornou-se objeto de um dos mais importantes estudos da sociedade colonial brasileira. Trata-se dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão, judeu português também senhor de engenho no vale do Paraíba.

Toda essa historiografia é **vivencial**, isto é, formulado ao vivo por **testemunhas** dos acontecimentos históricos. Este, igualmente, o caso dos relatórios holandeses do século XVII, do melhor nível, e liderados pela **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckmans, que mereceu duas reedições em 1982.

A conquista do sertão paraibano aparece na **História das Bandeiras Paulistas**, de Afonso de Taunay. Embora situada na perspectiva dos vitoriosos, cobre parte do mais importante acontecimento da História da Paraíba entre os séculos XVII e XVIII. O final deste último século produziu, em 1799, relatório que resume os malefícios do sistema colonial. De orientação crítica, “o Governador da Capitania Fernando de Castilho presta à metrópole a interessante narração do estado em que se acha a mesma capitania, importante documento de

valor histórico”, representa um dos sete principais documentos para a reconstituição da História da Paraíba.

A começar pelo padre Aires do Casal com sua **Corografia Brasilica**, a historiografia paraibana do século XIX registra a participação dos “viajantes”. São assim chamados os cientistas, comerciantes e religiosos estrangeiros que firmaram importantes observações sobre os lugares por onde passaram. Dois deles - Henry Koster, senhor de engenho em Pernambuco, e o pastor norte-americano Daniel Kidder - lideraram elenco sistematizado pelo antropólogo Aécio Aquino em **Nordeste, Século XIX** (1980). Esse livro é também de Historiografia por enfeixar produção histórica, largamente discutida.

A reorientação republicana e o Instituto Histórico. A historiografia republicana cresceu com a República quando define suas linhas mestras e passa a ser maciçamente elaborada por paraibanos. A razão desse crescimento residiu no federalismo que consagrou a autonomia dos Estados em que se transformaram as antigas Províncias do Império Unitário. A produção histórica foi posta a serviço dos Estados, que dela se valeram para justificar os novos poderes de que eram dotados. A maioria dos Institutos Históricos estaduais data dessa época. A Paraíba não constituiu exceção. Seus principais historiadores - Irineu Joffily, Maximiano Machado, Tavares Cavalcante, João Lyra Tavares, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, José Américo de Almeida - localizam-se ou foram publicados na República Velha. Nesta, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano principiou, em 1909, a publicar sua revista com temas bem característicos: Invasões holandesas e Revolução de 1817. Buscava-se, por essa via, fortalecer os sentimentos nativista e republicano em oposição à Monarquia que acabava de cair.

Apesar do tom discursivo e do autodidatismo dos trabalhos, como atributos da época, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano" cumpriu seu papel. Nela, Irineu Pinto começou a publicar as **Datas e Notas para a História da Paraíba** (1908) que constituiriam a base documental da historiografia paraibana. O mesmo verificou-se com a **História da Província da Paraíba**, de Maximiano Machado (1912). A não menos importante **Corografia da Paraíba do Norte**, de Beaurepaire Rohan, ocupa 31 páginas da revista de número 3.

Na primeira fase, de seis números, até 1928, a Revista publicou representativos estudos. Encontram-se entre estes conferência

do pernambucano Oliveira Lima sobre 1817 e trabalhos de Florentino Barbosa e Alcides Beserra sobre Jesuítas e Imprensa na Paraíba. No número 4, Bezerra focalizaria amplamente o banditismo e o cangaço à luz das concepções racistas e germanófilas da época. Seu contraponto está em Pedro Baptista, cujo **Athenas de Cantadores**, da revista número 6, revela visão cabocla dos cantadores e aproxima-se da folclorologia em formação.

Nomes de peso da cultura paraibana, como Coriolano de Medeiros e Rodrigues de Carvalho, também aparecem nessa fase. No número 6, “A sedição dos Quebra-Quilos” chega a surpreender pela originalidade. Já a parte da historiografia propriamente dita desponta com relatório do engenheiro Francisco Retumba, revisitado pela Prof^ª Irene Rodrigues Fernandes na década de setenta, e levantamento de Mateus de Oliveira acerca dos mapas que, desde Cantino, focalizaram a Paraíba. Momento de relevo para o Instituto Histórico da Paraíba consistiu na realização, em maio de 1922, do Sétimo Congresso Brasileiro de Geografia cujos **Anais** foram publicados por essa instituição quatro anos depois. Historiadores como Diogo de Vasconcelos, de Minas Gerais, e Lucas Boiteux, de Santa Catarina, dele participaram.

Índices, catálogos e inventários. Constitui atestado de insuficiência mental negar a validade dessa contribuição. Mereceu ela dois índices como verdadeiros roteiros para a historiografia paraibana. O primeiro, de autoria do desembargador Sinval Fernandes, acha-se contido no número 18, da Revista do Instituto. O outro, bem mais completo, foi enfeixado em edição comemorativa do nonagésimo aniversário da entidade, em 1995, sob a responsabilidade da bibliotecária Tânia Maria da Silva.

Mais recentemente, a chamada Casa de Irineu Pinto produziu o **Memorial** do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1995), a cargo de Maria Helena Cruz, com detalhado relacionamento da contribuição de fundadores e associados. A publicação aprofundou linha de trabalho estabelecida por Eurivaldo Caldas Tavares em **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e seus setenta anos** (1975), ligeira notícia biográfica dos sócios fundadores.

O exemplo dos índices do Instituto transmitiu-se a outras instituições. Uma delas, a Fundação Casa de José Américo editou dois

catálogos confiados à competência da arquivista Ana Isabel de Sousa Leão Andrade. O primeiro intitula-se **Catálogo da correspondência de José Américo de Almeida, 1915-1952** (1983) e o outro **O Arquivo José Américo e a Revolução de 1930** (1985).

A Revolução de 30 na Paraíba foi historiograficamente valorizada pelo “Grupo José Honório Rodrigues”, mediante contribuição de José Octávio, que contou com a colaboração da bibliotecária Ana Maria Gonsalves dos Santos Pereira. **João Pessoa e a Revolução de 30: exposição bibliográfica e cartográfica** (1978), intitula-se o trabalho que daí resultou, com análise de publicações nacionais, regionais e locais sobre o chamado outubrismo. Na mesma linha, Evando Nóbrega produziu, em junho de 1981, **Os incríveis arquivos do dr. Humberto**, acerca de uma das melhores coleções particulares de documentos da Paraíba.

Em Historiografia, o preparo de catálogos, índices e inventários é fundamental. A questão foi compreendida pela Prof^a Elsa Régis de Oliveira que, estagiando em Portugal, procedeu ao tombamento dos documentos da Paraíba no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Daí resultou copioso **Documentos para a História da Paraíba**, em dois volumes de 700 páginas datilografadas, mas infelizmente não editados.

Tendo incursionado por outros centros documentais portugueses como os Arquivos Histórico Ultramarino de Lisboa, Nacional da Torre do Tombo e Histórico do Ministério das Finanças, todos em Lisboa, Régis de Oliveira faz-se consciente da validade do levantamento de fontes para a História da Paraíba. Tanto assim que, em palestras, artigos, estudos e comunicações, procedeu a intensa divulgação dos **Documentos para a História da Paraíba**. Um deles, inserido em **Capítulos da História da Paraíba** (1987) recebeu por título “Os documentos dos Arquivos Portugueses”.

A mais bem sucedida organização de fontes da historiografia paraibana reside na estruturação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, sob coordenação das professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Zeluiza da Silva Brandão. Dele resultaram três trabalhos modelares que são **Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e Catálogo da Coleção de Fotografias 1905-1989**, todos de 1992.

Por meio desse instrumental, a historiografia paraibana recebe a contribuição do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), localizado na Cidade Universitária de João Pessoa. Nele, a gestão da historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira preocupou-se em sistematizar a respectiva produção documental, na intenção de torná-la disponível aos interessados. Em importantes peças desse material consistem os catálogos de jornais, periódicos e livros raros da Biblioteca Irineu Pinto, do Instituto Histórico, os relatórios de presidentes da Província (1837-1888) e o catálogo do jornal católico “A Imprensa” (1897-1968), este último organizado pela Prof^a Laudereida Moraes.

Nesta resenha merecem ainda registro dois trabalhos dessa instituição: **Arrolamentos dos acervos cartoriais para a história da Paraíba**, da Prof^a Diana Soares de Galiza, publicado na série “Documentação” dos “Cadernos de Estudos Regionais” (1979), e outro, de responsabilidade das Professoras Irene Rodrigues Fernandes e Laura Helena Baracuhy Amorim, representa completo mapeamento dos arquivos da Associação Comercial da Paraíba. Como a Prof^a Elsa Régis, esse inventário não foi editado.

A rigor, não existem fronteiras para a historiografia da Paraíba. O que a integra é o que em matéria de (Geo) História diz respeito à Paraíba. O critério terá de ser esse e não a naturalidade do autor. Se esse é paraibano mas não abordou a Paraíba, evidentemente não pertence à historiografia desta.

Tal entendimento incorpora-se a dois estudos dos historiógrafos Deusdedit Leitão e José Octávio de Arruda Mello. O primeiro publicou na coletânea **José Américo e a cultura regional** (1983) a monografia “Fundação Guimarães Duque e bibliografia do semi-árido nordestino”, a respeito de instituição mossense de abrangência nordestina. Vários de seus títulos integram a historiografia paraibana. Quanto a Octávio, seu estudo “A historiografia temática como fonte para a história do Nordeste” publicado na **Memória da V Semana de História** (Franca, 1984), associou a historiografia da Paraíba à do Nordeste, dentro da qual se inclui. Em ambos esses estudos, a técnica de abordagem é comparativa. Tal como em “Paraíba e Rio Grande do Norte: história e historiografia num roteiro regional de liberdade”, publicado por José Octávio nos volumes 75-76 da “Revista

do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte” (1983-1984).

De Celso Mariz a Pedro Nicodemos. A publicação, na República Velha, dos chamados clássico da historiografia da Paraíba ensejou a Celso Mariz, em 1922, o primeiro estudo sistemático da historiografia paraibana. É ele o capítulo de abertura da primeira edição dos **Apanhados históricos da Paraíba** (1922, 80, 94). Intitulado “Quadro histórico e geográfico da Paraíba”, relaciona, sucessivamente, **Notas sobre a Paraíba** (1892) e **Sinopse das sesmarias** (1894), de Ireneu Joffily; **História da Província da Paraíba** (1912), de Maximiano Machado; as duas primeiras edições de **Datas e notas para a História da Paraíba** (1908, 16), de Irineu Pinto; os estudos de João de Lyra Tavares, a saber **A Paraíba** (1909), **Apontamentos para a história territorial da Paraíba** (1910) e **Estudo sobre a Revolução Praieira** (1911); e ainda **Epítome da História da Paraíba** (1914), de Manuel Tavares Cavalcante, assim como o **Dicionário corográfico do Estado da Paraíba** (1914), de Coriolano de Medeiros.

Sem esquecer a validade dos primeiros números dos **Almanaques da Paraíba e Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, o estudo de Celso Mariz perfilha memórias, como as de Ascendino Cunha, relatórios de Diógenes Caldas, sínteses biográficas como **Paraibanos Ilustres**, de Liberato Bittencourt (1914), e “escritos esparsos de certo mérito”, tais os da Inspetoria de Obras Contra as Secas e o livro do padre Heliodoro Pires acerca do padre Rolim, surgido em 1917, em Fortaleza. Sempre pioneiro, Mariz chama atenção para as primeiras publicações dos cientistas estrangeiros das obras contra as secas sobre o Nordeste, como a de Roderic Crandall.

Após essa abordagem, a História da Paraíba praticamente estacionou. Isso porque se muito continuou a publicar-se sobre a história do Estado, a sistematização tornava-se eventual, como a de artigos publicados pela imprensa.

Desta maneira, somente em 1971 aparece novo estudo da historiografia da Paraíba propriamente dita. Sua autoria pelo professor José Pedro Nicodemos evidencia dois novos vetores. Funcionamento de cursos superiores de História, responsáveis por metodologia mais consistente e influência de José Honório Rodrigues que, no plano

nacional, oferecia vida própria à Historiografia, libertando-a do amadorismo e da Literatura.

Historiografia de Frei Vicente do Salvador (1971) representa estudo historiográfico não apenas pela titulação mas pelo tratamento. Nele, o catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia evidencia como Frei Vicente, recusando o fantástico, aproximou-se da História. No ponto alto de suas colocações, Nicodemos demonstra como naquela **História do Brasil** despontam o individualismo, como elemento de nossa formação social, e a natureza, como traço comum dos cronistas coloniais.

O ano de ouro de 1977. Na historiografia paraibana o ano de 1977 tornou-se decisivo. Nele, três dos maiores clássicos da produção histórica paraibana - Irineu Pinto, Maximiano Machado e Ireneo Joffily - motivaram análises de pura historiografia. No primeiro deles, José Pedro Nicodemos aproveitou prefácio à reedição de **Datas e notas para a História da Paraíba (1977)** para apreciação da vida, obra e conteúdo da contribuição do autor. Seu estudo torna-se mais moderno que os de Piragibe Pinto em **Irineu Pinto, sua vida e sua obra (1982)** e Amaury Vasconcelos em **A história de um historiador (1983)**.

Também apresentado como prefácio, no caso à segunda edição de **História da Província da Paraíba (1977)**, "Maximiano Machado: Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na primeira História da Paraíba" faz-se inovador. O autor, José Octávio de Arruda Mello, não só levantou as matrizes da obra machadeana, como as grandes linhas da produção histórica paraibana. Esta divide-se entre as de cunho documental, geo-histórica e de caráter exaustivo e cronológico. Maximiano Machado alinha-se entre os últimos.

O melhor estudo da historiografia paraibana encontra-se na "Apresentação" à reedição das **Notas sobre a Paraíba (1977)** de Ireneo Joffily. Ampliando monografia intitulada **Um cronista do sertão no século passado (1964)**, Geraldo Ireneo Joffily não apenas reconstituiu a transição ideológica da Paraíba na passagem do Império à República - dentro da qual Ireneo Joffily assumiria lugar de destaque - como verdadeira feição do movimento republicano e a urbanização de Campina Grande. De acordo com o neto, o avô não se fazia propriamente liberal mas democrático, isto é reformista radical.

Por meio da Historiografia fica claro que Ireneo Joffily tornou-se o mais sólido historiador do sertanismo paraibano. Não admira haja sido originariamente prefaciado por Capistrano de Abreu, cuja temática assimilou. Outro historiador dos interiores brasileiros, Euclides da Cunha, aproveitou-o em **Os Sertões**. Para os representantes do Grupo José Honório, o primeiro Joffily também reorientou, formalmente, a produção histórica paraibana ao substituir a seriação cronológica pela síntese temática. O modelo, uma vez mais, recorre a Capistrano de Abreu e a um discípulo deste, o cearense Barão de Studart.

José Honório e a consolidação da historiografia paraibana.

Os três estudos de 1977 contribuíram decididamente para o amadurecimento da historiografia paraibana. Esta consolidou-se com as sucessivas visitas do historiador José Honório Rodrigues que, inspirando até a formação de grupo de estudos, dedicou à Paraíba duas obras de alcance historiográfico - **História Combatente** (1982) e **Tempo e Sociedade** (1986). O relacionamento de José Honório Rodrigues com a Paraíba e o Nordeste foi expressado pelos números de 18 de setembro e 2 de setembro de 1983 do suplemento literário *Correio das Artes* do jornal "A União", sob a coordenação do crítico e poeta Sérgio de Castro Pinto.

A participação de José Honório na reorientação da historiografia paraibana tornou-se fundamental. Sua presença animou os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira", de que foram editados quatro tomos, em 1978, 79, 80 e 83. Neles, cientistas sociais e historiadores como Miguel Reale, Boris Fausto, Amaro Quintas, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Vamireh Chacon, Maria do Carmo Tavares de Miranda e Juarez Batista, além do próprio José Honório, voltaram-se para a historiografia tanto regional quanto nacional.

O quarto livro da série - **Viagem ao universo de Gilberto Freyre** (1983) - discute a contribuição histórico-social de Gilberto Freyre, da maior importância para a historiografia da Paraíba. Na mesma linha, José Américo motivou a coletânea **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (1982), conjuntamente assinada por Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octavio, além de José Honório Rodrigues. A Octávio coube avaliar, criticamente, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira no estudo

inserido no número de abertura da revista “Debates de História Regional” (1992), da Universidade Federal de Alagoas.

A historiografia paraibana foi resenhada por José Honório em dois estudos - **A Paraíba e seus problemas, um livro exemplar**, preparado como prefácio à terceira edição da monografia de José Américo sobre seu Estado (1980) e **Paraíba e historiografia**, como capítulo da coletânea **Paraíba 400 anos** (1985), organizada por Pontes da Silva e Fátima Araújo para o Quarto centenário da Paraíba. Honório trilhou o mesmo caminho ao prefaciar **João Pessoa perante a História** textos básicos e estudos críticos (1978) de seu discípulo José Octávio.

Este último é um livro tipicamente de Historiografia. Pela primeira vez, historiadores liberais e perrepistas são colocados lado a lado em termos de textos e análises. A receita foi seguida, com relação à capital do Estado, de trajetória reconstituída pelos historiadores Wellington Aguiar e José Octavio em **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro** (1985), de iniciativa do primeiro. As introduções de ambos, claramente exaustivas, dão continuidade às de **A Paraíba das origens à urbanização** (1983) e **José Américo e a cultura regional** (1983). Ao discutir temas históricos e respectivos autores, recaem no terreno da Historiografia.

No aprofundamento desta, Eduardo Martins resenhou um dos principais historiadores do Estado em **Coriolano de Medeiros: notícia bibliográfica** (1975), enquanto Fátima Araújo voltava-se para o segmento jornalístico da produção histórica em **História e Ideologia na Imprensa da Paraíba** (1983).

A contribuição de Martins, amplamente historiográfica, foi evocada por José Octávio em “Eduardo Martins na criatividade da Província”, como prefácio a **A Tipografia do Beco da Misericórdia** (1978) daquele autor. Suas monografias sobre Alyrio Wanderley, Carlos Dias Fernandes, Perylo de Oliveira e padre Azevedo interessam à Historiografia pelas indicações bio-bibliográficas que contêm. Principalmente **Carlos Dias Fernandes: notícia bibliográfica** (1976) que firma indicações para o estudo de animada fase da cultura paraibana. Com sentido mais documental, Martins produziu **A União, jornal e história da Paraíba: sua evolução gráfica e editorial** (1977), básico para conhecimento do diário que representa a melhor fonte jornalística

da História da Paraíba. Nesse particular, essa obra faz-se melhor organizada que **Paraíba: imprensa e vida** (1985), de Fátima de Araújo, conquanto esta última se compense pela amplitude da pesquisa e análises críticas que contém.

De Walfredo Rodriguez ao Quarto Centenário. Outro autor de relevo na História da Paraíba, Walfredo Rodriguez, veio para dentro da historiografia paraibana por intermédio da coletânea **Walfredo Rodrigues e a Cultura Paraibana** (1986), organizada por Alex Santos. A diversidade das abordagens de Waldemar Duarte, Wills Leal/Alex Santos, Raimundo Nonato, Machado Bittencourt e José Octavio propiciou colocações sobre as linhas de produção histórica em memorialismo literário, cinema, teatro, fotografia e urbanismo, como gêneros da cultura em que se especializou Walfredo.

Despontou então a chamada **Historiografia funcional** em que a abordagem de determinado tema de História enseja sua própria revisão. O sinal foi concedido por José Octávio de Arruda Melo com **A escravidão na Paraíba: Historiografia e História** (1988), “livro triplamente honoriano”, segundo o posfaciador Humberto de Mello.

A técnica foi ampliada por Octávio em “Historiografia e História dos italianos na Paraíba: uma revisão crítica”, como capítulo do terceiro volume de **A presença italiana no Brasil** (1996), coordenado pelo historiador gaúcho Luiz A. de Boni, para editoras de Turim e Porto Alegre. Outro exemplo reside na tese de doutoramento do mesmo autor, defendida perante a Universidade de São Paulo em 1992, **Historiografia e História das Eleições na Paraíba**, trata-se de estudo montado sobre um dos principais estudos históricos paraibanos: **As condições de vida política no Estado da Paraíba** (1957), do francês Jean Blondel, analisado por José Octavio no prefácio à segunda edição.

Instituição que ofereceu suporte ao desenvolvimento experimentado pela historiografia paraibana, a partir de 1975, foi o Correio das Artes. Tanto sob a direção de Jurandy Moura quanto na de seus sucessores Sérgio Castro Pinto, João Trindade e, novamente, Sérgio Castro Pinto, esse suplemento literário de “A União” abriu espaço para a crítica histórica que impulsionou a historiografia. Em suas páginas, a produção historiográfica nacional - com destaque para os chamados brasilianistas - foi, na primeira fase da segunda década de

setenta, amplamente debatida. O mesmo aconteceu com historiadores paraibanos como Inocêncio Nóbrega, Tancredo de Carvalho, Sabiniano Maia e Maurílio Almeida, discutidos em “Três autores de livros paraibanos” e “Dois momentos da historiografia paraibana”, das edições de 13 de junho de 1976 e 24 de julho de 1977. Foi essa a época em que críticos com Gemy Cândido, Valdemar Duarte de Wilton Veloso e ainda Aécio Aquino voltaram-se para a Historiografia.

De parte da produção do “Correio das Artes” resultou **Seis Estudos Rápidos** (1983), de José Octávio. Basicamente historiográfica, essa publicação das Edições Macunaíma discute os historiadores Maximiano Machado, Armando Souto Maior e Joaquim Inojosa, o publicista San Tiago Dantas, historicista do Direito, e os escritores Bernardo Elis e José (Antônio) Urquiza. Na análise dos dois últimos, as associações entre História e Literatura, levantadas por Eilzo Matos num dos comentários do Quinto Seminário Paraibano de Cultura Brasileira. O volume, embora preparado, não foi editado.

Não foram poucos os prefácios que se transformaram em exercícios de Historiografia. Tal o caso de Rosa Maria Godoy Silveira em face das monografias **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia** (1755-1799), de Elza Régis de Oliveira, e **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba** (1993), de Lúcia de Fátima G. Ferreira. Outros historiadores preferiram diluir a historiografia no “corpus” da obra, como Martha M. Falcão de Carvalho e M. Santana, com **Nordeste, Açúcar e Poder** (1990). Essa autora prenuncia tese de doutoramento em que a administração Argemiro de Figueiredo, na década de trinta, é considerada a partir da base historiográfica da Revolução de 30.

Na Paraíba, cronistas próximos à produção histórica voltaram-se para a Historiografia ao debaterem temas e autores da História da Paraíba. Esse o caso de Wellington Aguiar em **O passageiro do dia** (1977), Gonzaga Rodrigues em **Notas do meu lugar** (1978) e, principalmente, Domingos Azevedo Ribeiro em **Crônicas do cotidiano** (1993). Este último chega a, expressamente, louvar a historiografia cruenta, apoiada sobre a violência das sociedades de que se ocupa.

Montado sobre entendimento crítico, o IV Centenário da Paraíba ensejou estudos em que a historiografia se viu contemplada. No

primeiro deles, **Paraíba: conquista, patrimônio e povo** (1983), “seus melhores intérpretes” viram-se biografados não através de cargos administrativos e trajetória profissional, mas por meio da obra, novidade introduzida pelo Grupo José Honório Rodrigues. Em outro estudo, considerado o maior manual de História Regional - **Capítulos da História da Paraíba** (1996), a historiografia aparece nos estudos de Elsa Régis, Eduardo Martins, Luiz Bronzeado, José Octávio e Evandro Nóbrega. O caráter historiográfico dessas publicações e várias outras da série encontra-se balanceado em “História e Historiografia no IV Centenário da Paraíba” elaborado por José Octávio como comunicação para a reunião anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em cujos Anais da VI Reunião (1987) se encontra.

Reconhecimento, contribuição mais recente e Dicionário.

Louçada por especialistas como Francisco Iglésias, Odilon Nogueira de Matos, Amaral Lapa, Richard Graham e Moacir Werneck de Castro, toda essa produção foi considerada “renovadora e diversificadora da historiografia da região” pelo historiador carioca José Luiz Werneck da Silva em **A deformação da História ou Para não esquecer** (1985). Conforme Werneck, a historiografia paraibana de nossos dias integrou-se à resistência contra o autoritarismo de 1964 e 1968.

Em suas mais recentes manifestações, José Octávio se ocupou em **José Honório: um historiador na trincheira** (1994) escrito de parceria com a Dr^a Leda Boechat Rodrigues, e o estudo “Nos caminhos da ciência histórica na Paraíba” (1991/94), inserido no número nove da revista “Paraíba Cultural” (1994), do Conselho de Cultura da Paraíba. O primeiro foi resumido na comunicação “As portas do Inferno: um historiador e seu grupo”, contido nos “Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica”. Em outra incursão, Octávio ocupou-se da produção histórica paraibana em **História da Paraíba: lutas e resistência** (1994, 5, 6).

Reforçada por densos prefácios de Armando Souto Maior e Carlos Guilherme Mota, essa **História da Paraíba** teve primeira edição agregada à “Coleção Paraibana”, do Conselho Estadual de Cultura do Estado. Nessa, dois títulos revestem-se de feição historiográfica: **Bibliografia Paraibana** (1994) de Horácio de Almeida, e **Dicionário literário da Paraíba** (1994). Coordenado por Idelete Muzart Fonseca

dos Santos, esse dicionário avataja-se sobre os de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e José Leal, **Pequeno Dicionário de Fatos e Vultos da Paraíba** (1984) e **Dicionário Bibliográfico Paraibano** (1986), preparados em bases demasiado rápidas.

Iniciada em 1994 pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado Sebastião Vieira, e continuada pelo sucessor Iveraldo Lucena, a “Coleção Paraibana” ensinou outros estudos historiográficos. Referim-nos aos prefácios das edições da série voltadas para a História. Estão nesse caso os estudos de Wellington Aguiar, José Luiz da Mota Menezes, Gonzaga Rodrigues, José Octávio e Gabriela Martin Ávila sobre as (re)edições de Walfredo Rodrigues, cônego Florentino Barbosa, Mário Márcio de Almeida Santos, Celso Mariz, José Américo de Almeida e José de Azevedo Dantas.

Geo-história e cinema na Historiografia atual. A mais recente produção na área das Ciências Sociais paraibanas dispõe de outra característica. No segmento geográfico reaproximou-se da História, com a qual se fundiu.

Graças sobretudo à influência do cientista social pernambucano Manuel Correia de Andrade, prevalece então a Geo-História. Seu núcleo reside no Departamento de Geo-Ciências da UFPB onde os estudos de, entre outros, Cláudio Egler, Janete Lins Rodrigues, Custódia Magalhães, Gislaíne Venâncio Teles, Emília de Rodat e Lígia Tavares são do maior significado para a História Contemporânea da Paraíba.

Entre as publicações assim concebidas encontram-se o **Atlas geográfico do Estado da Paraíba**, publicado por ocasião do IV Centenário, em 1985, **Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa** (1980) de Janete Lins Rodrigues, e **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização** (1989) de Emília de Rodat F. Moreira.

Em Campina Grande, a produção de Economia, História e Geografia inspirou-se nas colocações da Sociologia de Lopes de Andrade, que era também historiador. Seu livro póstumo **Uma militância na Imprensa: Estudos de Urbanização, Política, Economia, Educação e Literatura** (1984) está cheio de considerações historiográficas como a respeito do volume da série “Os rio do açúcar”, da Fundação Joaquim

Nabuco, referente ao Mamanguape. Data daí como os estudos de Marisa Braga de Sá, Josélia Maria Ramos Wellen, Antônio Albuquerque da Costa e Maria Zélia Pereira Fernandes interessam de perto à História. O de Marisa Braga de Sá intitula-se **Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira no município de Areia, microrregião do Brejo Paraibano**.

A Sociologia trilhou caminho semelhante, o que explica o conteúdo das dissertações e monografias de mestrado em Ciências Sociais da UFPB, voltados para os movimentos sociais e políticos de Campina Grande. Temas como atuação do Partido Comunista Brasileiro, Ligas Camponesas, e Severino Cabral e o populismo despontaram então. A monografia de mestrado da professora Celeide Queiroz Farias intitula-se **A Casa de Farinha: a realidade socioeconômica do Brejo paraibano** (1983) e fundiu Sociologia, Economia e História.

A Historiografia não é uma mistificação. Tida como ramo mais recente da Teoria da História, não se pode confundir com a mesquinharia dos que se põem a desenvolvê-la sem qualquer preparo. Além do que, subordinando-a a espúrias influências...

Este, evidentemente, não é o caso de Wills Leal. De sólida formação e exatas intuições, esse crítico de cinema e (ultimamente) historiador social incorporou à Historiografia seu poderoso **O discurso cinematográfico dos paraibanos: a história do cinema na/da Paraíba** (1989). Nele torna-se claro que os documentários do cinema novo da Paraíba, de **Aruanda** (1960), de Linduarte Noronha, a **Parahyba** (1985), de Machado Bittencourt e Alex Santos, encontram-se intimamente ligados à História da Paraíba, que, a nível antropológico, reconstituem. Tal o caso dos curta-metragens de João Ramiro F. de Mello, Ipojuca Pontes, Rucker Vieira, Vladimimar Carvalho, Jurandy Moura, Antônio Barreto Neto e Jomard Muniz de Brito. Em sua quase totalidade derivam do extinto Cinema Educativo, do professor João Córdula. Essa repartição funcionou como verdadeiro laboratório de fusão do Cinema com História e Antropologia.

(De **História, espaço e historiografia na Paraíba**. João Pessoa, 1996: 15-30)